

ICMBio

Edição Especial - 28 de agosto de 2017

em foco
Especial

★ 10 anos ★

ICMBio: 10 anos de inovação

PÁGINA 2

Entrevista com o presidente
do Instituto Chico Mendes,
Ricardo Soavinski

PÁGINA 30

Confira o nosso calendário
2017 de ações comemorativas

PÁGINA 40



Uma década a serviço da conservação da natureza

O Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade (ICMBio) completa 10 anos nesta segunda-feira, 28 de agosto. Uma década de dedicação ao patrimônio ambiental e à promoção do desenvolvimento socioambiental do território brasileiro.

Autarquia do Ministério do Meio Ambiente, o órgão cuida de 324 unidades de conservação (UCs), correspondendo a 80 milhões de hectares, 9% do território nacional. Somam-se, ainda, os 516.787,75 hectares das 666 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), que representam, na prática, a participação da sociedade no esforço nacional de conservação da natureza.

Para o presidente do ICMBio, Ricardo Soavisnik, o órgão avançou muito nesse período e ainda tem muito o que conquistar “Crescemos muito, mas sabemos que temos desafios. Estamos trabalhando focados para superá-los”, ressalta.

Segundo ele, administrar 9% do território brasileiro não é simples, ainda mais com a diversidade dos recursos naturais que o país possui. “É muita coisa para administrar. Não é simples, mas com dedicação, boa vontade, bons parceiros e boas estratégias, nós acreditamos que conseguiremos dar mais escala e atingir a implementação de um número muito maior de unidades de conservação em tempo menor e com qualidade”, argumenta.

BENEFÍCIOS À SOCIEDADE

O Instituto tem incentivado estratégias de produção extrativista e de uso sustentável dos recursos naturais, assim como subsidiado a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas às comunidades tradicionais de uso sustentável.

As unidades de conservação de uso sustentável beneficiam 60 mil famílias que retiram seu sustento das Reservas Extrativistas (Resex), Florestas Nacionais (Flonas) ou Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Os extrativis-



Aurelice Vasconcelos

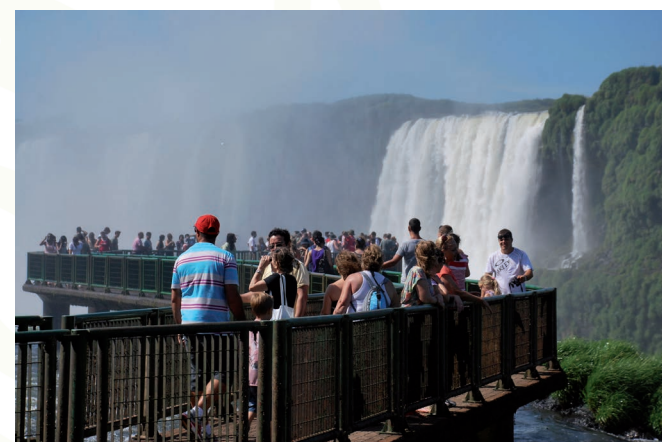
Produção de castanha na Resex Chico Mendes

tas estão focados na utilização de produtos da floresta como açaí, castanha, além da pesca artesanal, artesanato e muitos outros.

As unidades de conservação também têm conselhos, que são uma forma de envolver a sociedade na gestão das UCs e na conservação da biodiversidade. Hoje, 278 unidades têm conselhos formados, representando 6.950 conselheiros, podendo ser da sociedade civil (associações de moradores, sindicatos, etc) ou do poder público (órgãos governamentais).

Outra forma de participação da sociedade na gestão das UCs que vem crescendo é o voluntariado. São mais de 1.300 voluntários em 133 unidades de conservação. O programa visa ao engajamento da sociedade na conservação da biodiversidade, por meio de ação voluntária e do reconhecimento público dessa contribuição.

VISITAÇÃO NAS UCs



Adilson Borges

Visitantes no Parque Nacional do Iguaçu

O número de visitantes em unidades de conservação saltou de 3,5 milhões, em 2008, para 7,9 milhões em 2016, sendo os parques nacionais do Iguaçu (PR) e da Tijuca (RJ) os mais visitados. Nesse aspecto, o ICMBio trabalha para dotar os parques de boa estrutura de uso público. Para isso, busca parcerias, concessões de serviços ou permissão, como já acontece em experiências bem sucedidas no Iguaçu e na Tijuca.

Estudos realizados em 50 unidades de conservação federais mostram que a visitação gerou 40.434 empregos no ano de 2015. Segundo dados do estudo, no município de Cruz, no Ceará, que abriga o Parque Nacional de Jericoacoara, os gastos dos visitantes impactaram em 44,35% no PIB da cidade, gerando 1.864 empregos diretos. Em São José do Barreiro (SP), município abrangido pelo Parque Nacional da Bocaina, os gastos dos visitantes representam 28,37% do PIB local, gerando 495 empregos diretos.

AÇÕES EM DEFESA DA FAUNA

Acervo ICMBio



O Centro Tamar/ICMBio atua em vários pontos do litoral brasileiro

O ICMBio também está mobilizado na proteção da fauna. O órgão fez um esforço gigantesco para catalogar 12.265 espécies, entre anfíbios, aves, mamíferos, peixes continentais, peixes marinhos, répteis e invertebrados marinhos e terrestres. Todas essas espécies foram avaliadas com identificação das categorias de ameaça de extinção. Atualmente, esse banco está sendo atualizado. Desde a criação do Instituto, o número de espécies avaliadas saltou de apenas 1.000 para 12.265.

O ICMBio mantém 14 centros de pesquisas, que trabalham, junto com parceiros, em planos nacionais para reverter a situação de 576 espécies ameaçadas de extinção. Os Planos de Ação Nacional (PANs) têm dado resultados. Ações como a proteção das tartarugas marinhas

pelo Tamar, o aumento do número de onças-pintadas no Parque do Iguaçu, o nascimento do pato-mergulhão com reprodução assistida e diversas outras iniciativas têm melhorado a conservação das espécies ameaçadas. Somam-se a isso os 49.160 pesquisadores cadastrados e as 11.588 pesquisas autorizadas, principalmente nos biomas Mata Atlântica, Amazônia, Cerrado e zona costeiro-marinha.

COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS

Desde 2010, as ações de combate ao fogo nas UCs apresentam resultados positivos. A redução dos incêndios deve-se ao trabalho de educação, formação e contratação de brigadistas. Todos os anos o ICMBio investe na formação dos servidores e de brigadistas, planejando ações e investindo em equipamentos nas unidades.

Atualmente, são 78 brigadas em 78 unidades de conservação. Por ano, são capacitadas cerca de 3 mil pessoas e contratados de 1 mil a 1.500 brigadistas residentes no entorno das unidades. 80 servidores atuam como instrutores de brigadas, ministrando aulas teóricas e práticas aos brigadistas.



Fernando Tatagiba

ICMBio investe na formação de brigadistas

FISCALIZAÇÃO

Ações de fiscalização são executadas em todos os biomas. Essas ações combatem os ilícitos dentro das unidades de conservação. O planejamento protege a natureza, inibe a caça e evita o desmatamento. Atualmente o ICMBio conta com aproximadamente 860 agentes de fiscalização atuando em todas as unidades de conservação.

Esforço para salvar espécies ameaçadas

Ações para a reabilitação e reintrodução na natureza de animais ameaçados pela ação humana e estudos pioneiros no campo da reprodução assistida têm gerado novas esperanças para as espécies em risco de extinção.

Os pesquisadores do Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade (ICM-Bio) comemoram, no momento em que o órgão completa 10 anos, experiências bem sucedidas como a reprodução assistida do pato-mergulhão e a recuperação de filhotes órfãos de onça-pintada, lobo-guará e peixe-boi, todos ameaçados extinção.

Esses animais fazem parte dos planos de ação nacionais de conservação das espécies, os PANs, coordenados pelo ICMBio com o apoio de diversos parceiros. Atualmente, há 47 PANs, que contemplam 576 espécies ameaçadas, desenvolvidos pelos 14 centros de pesquisas do ICMBio, que está completando 10 anos neste mês de agosto.



Acervo ICMBio

Resgatada quando filhote, onça vive hoje no Refúgio Ecológico Caiman, no Pantanal

MONITORAMENTO E SOLTURA

Os pesquisadores do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Carnívoros (Cenap), do ICMBio, resgataram e cuidaram de dois filhotes órfãos de onça-pintada para posterior devolução à natureza. Em 2015, os dois filhotes perderam a mãe, que morreu durante uma contenção na periferia de uma cidade no Mato Grosso do Sul. Logo depois, o Cenap propôs a parceiros um projeto inusitado de cuidados e soltura dos dois órfãos.

Assim, foi construído um grande recinto no Refúgio Ecológico Caiman, no sul do Pantanal (MT), para criar os pequenos filhotes de onça, de forma a induzir os instintos diversos, inclusive os de caça. Após um ano vivendo no cativeiro, eles foram preparados para voltar à natureza. Em junho do ano passado, as onças reconquistaram a liberdade.

Segundo o coordenador substituto do Cenap, Rogério Cunha de Paula, o local para construir o espaço para as onças foi escolhido por diversos motivos, entre eles, o desenvolvimento, na fazenda do Projeto Onçafari, de uma iniciativa que promove ecoturismo ao passo que se incentiva a valorização da onça-pintada.

A parceria do Cenap com o Instituto Onçafari, responsável pela execução do projeto de preparação para a soltura, rendeu um lar para os filhotes órfãos, que estão hoje sendo monitorados para estudar o comportamento do animal, entre outros segredos do maior felino das Américas.

Cunha de Paula, ao lembrar que o importante é o animal voltar à natureza, pois a sua retirada provoca extinções locais ou até o desaparecimento de espécies.

A onça-pintada está na lista de espécies ameaçadas e corre o risco de desaparecer em menos de 100 anos em pelo menos dois biomas brasileiros. Com suas populações extremamente reduzidas na Mata Atlântica e Catinga, a estimativa é que existam em torno de 250 indivíduos em cada bioma.

EXPERIÊNCIA SE REPETE COM O LOBO-GUARÁ



Carlos Eduardo Fragoso

Pesquisador do Cenap com lobo-guará na Serra da Canastra

Um ano depois de iniciado o monitoramento, a experiência mostrou-se exitosa. Os filhotes de onça foram soltos e se adaptaram ao local, sem conflito com as onças residentes. E o melhor: após inúmeros encontros com um macho recentemente, há a possibilidade de uma das onças estar prenhe.

“Isso indica um sucesso máximo da soltura de filhotes recuperados, a perpetuação de seus genes na natureza pela reprodução”, diz

A mesma experiência adotada com os filhotes de onça está sendo repetida com filhotes de lobo-guará. É, também, uma tentativa de agregar valor turístico ao animal, como forma de preservação.

Em novembro, os pesquisadores do Cenap em conjunto com o Instituto Pró-Carnívoros e a Universidade de Franca (SP), vão soltar uma lobo-guará nas imediações do Parque Nacional da Serra da Canastra, em Minas Gerais.

O animal foi resgatado ainda filhote depois que os pais desapareceram em meio a uma queimada em um canavial no interior de São Paulo em agosto do ano passado. Após o resgate, ficou poucos meses sob cuidados veterinários até que fosse construído um cercado em uma área natural aos pés da Serra da Canastra.

A loba está sendo criada em semi-cativeiro e treinada para voltar à natureza. Neste espaço, ela recebe comida, é acompanhada pelos pesquisadores e ainda desperta a atenção de lobos-guará, que rondam o espaço do cativeiro na área natural. Depois de solta, ela também será monitorada para se conhecer melhor sobre seus hábitos durante o período de adaptação à nova vida.

Assim como a onça-pintada, o lobo guará, que é encontrado principalmente no bioma Cerrado, também está na lista dos animais em extinção. A maior ameaça para a espécie é a perda de habitat em razão da expansão agrícola.

Os pesquisadores do ICMBio desenvolvem ações, com vários parceiros, para a conservação do lobo-guará, seguindo as diretrizes do PAN. Em 2004, 10 instituições parceiras moldaram a base para o Programa de Conservação do Lobo-Guará, conduzido pelo Cenap e Instituto Pró-Carnívoros. Eles levantam informações sobre a estimativa populacional, dispersão de jovens, saúde, genética, comportamentos e dieta.

Juntos ainda executam ações de educação ambiental e implementam estratégias práticas de conservação como a construção de galinheiros para prevenir os ataques de lobos e outros carnívoros à criação doméstica.

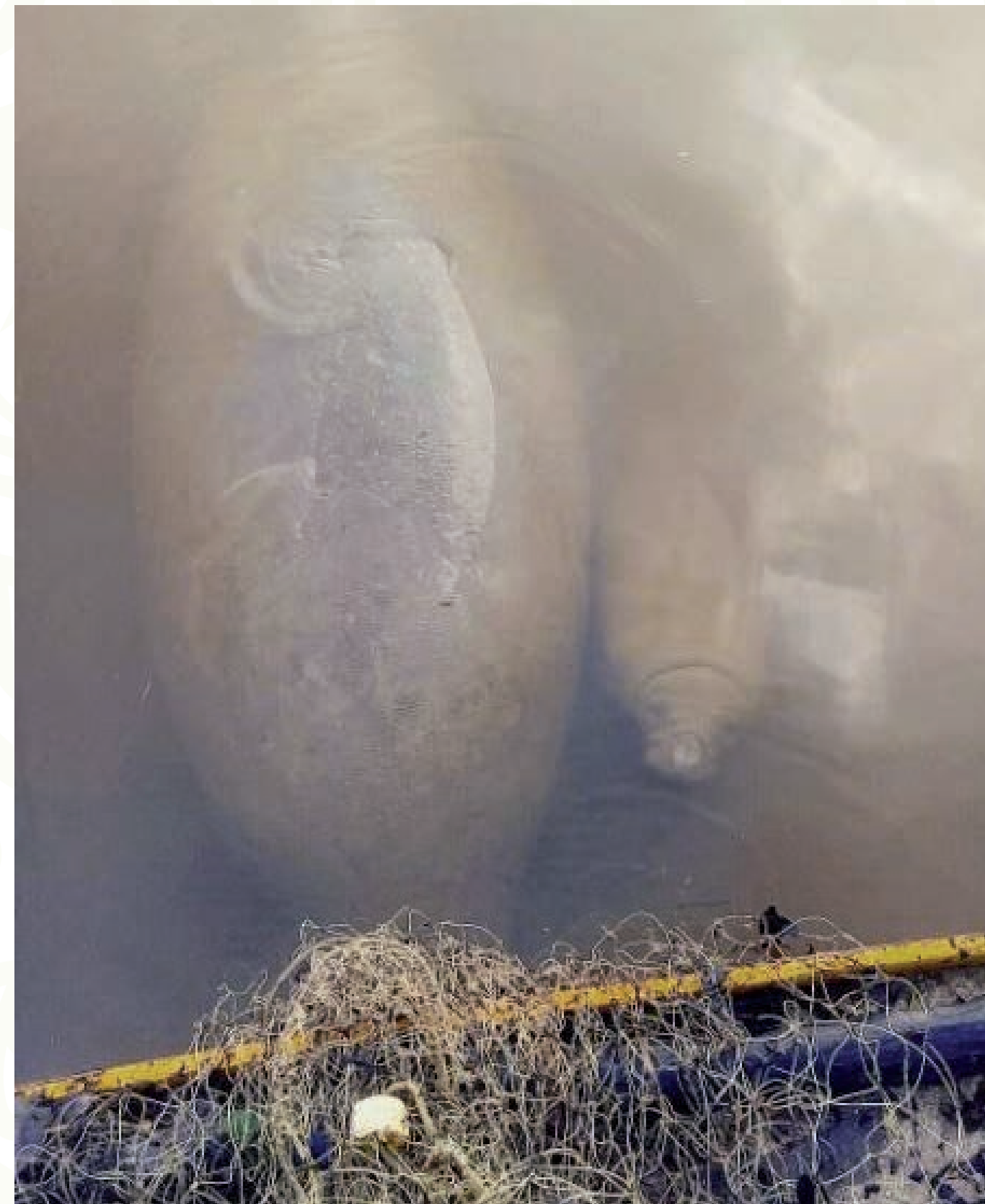
O programa é considerado um exemplo mundial de sucesso na área de conservação. Pelas ações executadas com o lobo-guará, em 2012, o pesquisador do Cenap Rogério Cunha de Paula, foi um dos 40 estudiosos do mundo selecionados ao título de "Herói da Vida Selvagem" em uma publicação norte-americana (wildlifeheroes.org).

NASCIMENTO DE PEIXE-BOI

Na semana passada, os pesquisadores comemoraram o nascimento de um filhote de peixe-boi nas águas da Área de Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais, em Alagoas. O filhote faz parte do programa de reintrodução executado pela APA Costa dos Corais e pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste (Cepene), que teve início em 1994 com a reintrodução de dois animais em Paripueira (AL). De lá para cá, 44 peixes-bois resgatados pelas instituições da Rede de Encalhe de Mamíferos Aquáticos do Nordeste (Remane) e reabilitados pelo Instituto foram devolvidos à natureza.

O peixe-boi (*Trichechus manatus manatus*) é o mamífero marinho mais ameaçado de extinção do país. A estimativa populacional para a espécie é de cerca de apenas 500 indivíduos distribuídos ao longo da costa brasileira.

Recentemente, os pesquisadores também comemoraram o nascimento de quatro filhotes de pato-mergulhão, ave rara e ameaçada de extinção. Foi a primeira vez no mundo que esta espécie se reproduziu em cativeiro. A estimativa é que existam no mundo 250



Luna e seu filhote foram registrados na APA Costa dos Corais

aves desse tipo, todas no Brasil. Elas vivem na Chapada dos Veadeiros (GO), no Jalapão (TO) e na Serra da Canastra (MG).

A ave é considerada um bioindicador: onde ela vive a natureza é preservada porque pre-

cisa de água limpa e corrente para se alimentar. O nascimento dos quatro filhotes de pato-mergulhão foi considerado um sucesso e, logo, esses animais serão reintroduzidos na natureza, contribuindo para diminuir o grau de ameaça da espécie.



Avanços na avaliação da fauna brasileira

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) está completando 10 anos nesse mês de agosto e, desde a sua criação, o número de espécies da fauna brasileira avaliadas quanto ao estado de conservação saltou de mil para 12.265.

No momento, servidores do ICMBio e centenas de pesquisadores parceiros estão atualizando a avaliação. Isso envolve a consolidação do banco de dados de todos vertebrados e alguns grupos selecionados de invertebrados do Brasil. Os profissionais já reavaliaram os anfíbios, borboletas, crustáceos, tubarões e um grupo de aves. O trabalho deve ser concluído em 2020.

Entre as 12.265 espécies avaliadas, há mamíferos, anfíbios, aves, peixes continentais, peixes marinhos, répteis e invertebrados marinhos e terrestres. Todos foram enquadrados nas categorias de ameaça, conforme as diretrizes da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN, na sigla em inglês).

“Nenhum outro país já realizou um trabalho desta envergadura. É o mais completo diagnóstico sobre o estado de conservação da fauna já realizado, identificando as espécies sob risco de extinção e os principais vetores de ameaças”, argumenta o diretor da Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade (Dibio), Marcelo Marcelino, ao lembrar que o País possui uma das maiores riquezas de espécies do planeta.

Esse trabalho é cíclico. O último ciclo foi concluído em 2014 e envolveu 73 oficinas de trabalho com a participação de mais de 1.200 especialistas, de mais de 250 instituições do Brasil e do exterior. A cada ano são avaliados diferentes grupos de animais.

Para este novo ciclo, está sendo utilizado o Sistema de Avaliação do Estado de Conservação da Biodiversidade (Salve), desenvolvido pelo ICMBio, para agilizar o processo de avaliação, que envolve várias etapas e atores, e para melhor gerir o extenso con-

junto de dados relacionados às espécies. O sistema, em fase final de desenvolvimento, permitirá rápida disponibilização dos resultados à sociedade.

Os dados sobre as espécies e sobre seu estado de conservação são subsídios para a publicação de listas de espécies ameaçadas de extinção (a avaliação da flora é de responsabilidade do Jardim Botânico do Rio de Janeiro). A última lista de espécies ameaçadas foi publicada em 2014.

A avaliação da fauna e da flora também orienta as prioridades para estratégias de conservação no país, especialmente os Planos de Ação Nacionais para espécies ameaçadas (PANs). Atualmente, o ICMBio tem 47 PANs vigentes, que contemplam 576 espécies ameaçadas. O instituto tem 49.160 pesquisadores cadastrados e 11.588 pesquisas autorizadas, principalmente nos biomas Mata atlântica, Amazônia, Cerrado e zona costeiro-marinho.

PANs FORAM FONTE DE DADOS PARA ATLAS

Os PANs, junto com o Livro Vermelho da Fauna Ameaçadas de Extinção, foram uma das fontes do ICMBio no trabalho de compilação de dados que resultou em 2011 no Atlas da Fauna Ameaçada de Extinção em Unidades de Conservação federais, um importante documento sobre a eficiência do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc) na proteção das espécies de animais em risco.

A ideia de elaboração do Atlas surgiu da constatação de que, até então, as informações disponíveis não ofereciam uma ideia sobre o conjunto de ocorrências de espé-

cies ameaçadas em unidades de conservação, uma vez que os dados estavam dispersos e armazenados em formatos distintos e, em muitos casos, de difícil acesso.

No total, foram compilados 1.333 registros de 314 espécies da fauna ameaçada, em 198 UCs federais. Na Mata Atlântica, a unidade com maior número de registros foi a Reserva Biológica de Sooretama, no Espírito Santo: 33 no total. Com 32 registros, também na Mata Atlântica, ficaram a Estação Ecológica de Murici (AL) e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (RJ).

Na zona marinho-costeiro registraram-se 26 espécies ameaçadas na Reserva Biológica

Marinha do Arvoredo, em Santa Catarina, e 24 no Parque Nacional Marinho de Abrolhos, na Bahia. No Cerrado, os destaques ficaram com o Parque Nacional das Emas (25) e Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (22), ambos em Goiás.

O Atlas relaciona, ainda, as 20 espécies ameaçadas com ocorrências em maior número de unidades de conservação. A mais registrada foi a onça-pintada (*Panthera onca*), localizada em 59 UCs, em todas as regiões e biomas brasileiros, seguida da jaguatirica (*Leopardus pardalis mitis*) com ocorrência em 45 UCs e o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*) em 39 UCs.



Produção sustentável: a vez das mulheres

Acervo ICMBio



Mulheres extrativistas na fábrica de biscoitos da Resex do Rio Cajari

No sul do Amapá, próximo ao rio Cajari, a economia das comunidades locais é impulsionada, sobretudo, pelo extrativismo de produtos florestais como a castanha e o açaí. Acidentes como quedas e ataques de animais peçonhentos fazem do trabalho uma atividade perigosa, delegada majoritariamente aos homens da comunidade.

No entanto, de uns dez anos para cá, com o apoio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em especial da Reserva Extrativista (Resex) do Rio Cajari, localizada nos municípios de Laranjal do Jari e Mazagão, na mesorregião sul do estado, essa realidade está mudando.

Antes, ganhar o “seu dinheirinho” era um sonho improvável para muitas mulheres que não acreditavam em obter sucesso na coleta da castanha tanto quanto os homens. Para outras, foi preciso ganhar coragem para empreender quando tentativas anteriores não vingaram.

ASSOCIAÇÕES

A partir de 2009, o ICMBio, recém-criado, passou a ajudar as mulheres da localidade a se organizarem em associações com o objetivo de tornar o beneficiamento da castanha uma atividade lucrativa e estimular políticas que favorecessem a geração de renda e trabalho para elas, de forma a alterar seu contexto social e econômico.

Assim, foram formadas duas associações: a Associação de Mulheres Moradoras e Trabalhadoras da Cadeia de Produtos da Sociobiodiversidade no Alto Resex Cajari (Amobio) e a Associação das Mulheres do Alto Cajari (Amac).

No início, a castanha era vendida in natura sem qualquer processo de beneficiamento que agregasse valor e aumentasse o preço do produto final. “A única fábrica de beneficiamento era insuficiente para atender às demandas da comunidade”, conta o chefe substituto da Reserva Extrativista do Rio Cajari, Raimundo Nonato Gomes.

INCLUSÃO NO PAA

Com o apoio da Resex, esse quadro começou a mudar. Primeiramente, as extrativistas foram capacitadas a participar do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que busca combater a fome e a desnutrição ao mesmo tempo em que fortalece a agricultura familiar e os pequenos produtores. Desse modo, as mulheres extrativistas conseguiram criar as condições para transformar a castanha-do-brasil em biscoitos e bombons.

Atualmente, as extrativistas comercializam parte dos produtos fabricados na Resex. Além dos biscoitos e bombons, a produção inclui açaí, cará e outros gêneros alimentícios para entidades cadastradas por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Os alimentos também podem entrar nos itens da cesta básica distribuída pelo Governo e como parte da merenda escolar das crianças em mais de trinta escolas públicas.

Como consequência, as mulheres da Resex do Rio Cajari obtiveram melhoria na renda e maior participação no processo produtivo. O faturamento bruto anual, por pessoa, saltou de R\$ 3 mil em 2009 para R\$ 6,5 mil em 2014. Não houve só aumento na produção, mas o incremento de outros derivados da castanha



Acervo ICMBio

No início, a castanha era vendida sem qualquer processo de beneficiamento

(bombons) e também a elevação média no valor dos produtos, ampliando ainda mais a renda das trabalhadoras.

“É uma expectativa de vida para as mulheres e é uma lástima quando não podemos cadastrar trabalhadoras devido às limitações do contrato”, conta a representante da Amobio, Miranilce Araújo. Outro grupo, a AMAC, produziu vídeo contando como ocorreu todo esse processo da inclusão das extrativistas na produção. Clique no link para assistir: <https://goo.gl/BrMe8Y>.

PARCERIA DECISIVA

O ICMBio atuou como um grande parceiro em todo esse processo, auxiliando tanto na articulação das associações quanto na elaboração das propostas do Projeto Carbono Cajari, que impulsionou a produção sustentável local, além de contribuir para a aproximação das associações com órgãos governamentais, como no caso do PAA. “Estimulamos muito a participação feminina, a valorização da mulher e o seu empoderamento numa comunidade que ainda é muito patriarcal”, afirmou o chefe da Resex.

O trabalho é reconhecido pelas extrativistas, o que aproxima ainda mais a unidade de conservação das populações que residem no seu interior ou no entorno. “Temos o ICMBio como um grande parceiro na construção, esforço e consolidação da Amobio e também da produção que temos hoje”, ressaltou Miranilce.

“Estimulamos muito a participação feminina, a valorização da mulher e o seu empoderamento numa comunidade que ainda é muito patriarcal”



O açaí é outro produto explorado na Resex

O ICMBio prestou apoio técnico no sentido de organizar o extrativismo na região com o mapeamento dos castanhais, possibilitando a população ter conhecimento do potencial produtivo da castanha-do-brasil e consequentemente extrair frutos de melhor qualidade sem agressões desnecessárias ao meio ambiente. A sensação da comunidade é que há o acesso cada vez maior à quantidade e qualidade de castanha do que em períodos anteriores.

NOVOS ALIADOS

As mulheres extrativistas de castanha são apenas um dos vários casos de sucesso que o

ICMBio construiu ao longo dos seus dez anos. O trabalho, principalmente a estrutura de fomento e elaboração de diretrizes da produção sustentável, é de responsabilidade da Coordenação de Produção e Uso Sustentável (Copro/CGPT), da Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em UCs (Disat).

A expectativa é ampliar o fomento às iniciativas de produção sustentável por meio de parcerias com outras instituições públicas e do terceiro setor, como o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid).

Em maio, o ICMBio, junto com a Usaid, Funai e o Serviço Florestal Americano (USFS), promoveu uma oficina para planejar a inserção da castanha no mercado varejista. O objetivo foi o de diversificar mercados para as produtoras, de modo a diminuir a dependência do mercado institucional.

“As oficinas de cadeia de valor buscam investir não apenas na cadeia de produção, mas também para melhorar a variação dos preços ao longo da cadeia econômica, buscando ampliar os benefícios econômicos para as populações”, explica o coordenador da Coprod, João da Mata.

Neste mês de agosto, em conjunto com o IEB, o ICMBio promoveu o encontro Formar Castanha, primeiro curso de manejo comunitário desse produto florestal.

A Coordenação de Produção e Uso Sustentável do ICMBio também colabora com informações técnicas sobre editais de fomento como o Ecoforte 1 e 2, que são promovidos pela Fundação Banco do Brasil. Além disso, estimula a participação no recente edital lançado pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de R\$ 150 milhões para produção sustentável.

Entre verdes, mares e paisagens, viaje pelo conhecimento intercultural

Histórias, costumes, sotaques, tradições, sabores e saberes, um olhar de quem conhece bem onde mora, um anfitrião que não apenas recebe a visita, mas não a deixa ir embora sem levar uma bagagem recheada de experiências e aprendizados. No Turismo de Base Comunitária (TBC) o protagonista é o povo, é aquele que conta histórias de gerações, de quem vive há anos na região e conhece cada cantinho de sua morada, é quem já está acostumado a todas as peculiaridades daquele lugar, é o principal responsável por oferecer ao turista uma viagem intercultural.

O TBC tem como pilar disponibilizar um modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, gerando benefícios coletivos, promovendo a vivência entre diversas culturas, qualidade de vida, valorização da história e dos conhecimentos dessas populações, bem como a utilização sustentável dos recursos das unidades de conservação (UCs) com fins recreativos e educativos.

Esse modelo de turismo vem funcionando em algumas unidades há algum tempo, em outras, a proposta vem ganhando forma agora. Este ano, em comemoração ao aniversário de uma década do ICMBio, será lançado o documento Princípios e Diretrizes do Turismo de Base Comunitária, que reúne as estruturas fundamentais para que políticas, normas e regulamentações sejam bem desenvolvidas e aplicadas.

Na Reserva Extrativista (Resex) Marinha de Soure, localizada no Pará, Ana Cristina Penante, a Cris, é popular na região. A marajoara trabalha há anos com turismo comunitário, entre os projetos dos quais participa está o TBC Vila de Pesqueiro, que propõe aos turistas uma viagem imersa na cultura tradicional praiana. Os moradores recebem os visitantes e os hospedam nas residências escolhidas para essas atividades. É possível pescar com os moradores, andar de búfalo, participar das festas, provar as comidas típicas da região, entre outras experiências.

“O turismo me traz ganhos econômicos para meu orçamento familiar, as famílias envolvidas não trabalham apenas com isso, na realidade somos professores, pescadores, donas de casa. Tivemos qualificação para trabalhar com o turismo comunitário, compartilhando, com profissionalismo, da nossa cultura, saberes e belezas,” conta Cris.

A comunitária diz acreditar que os ganhos vão além dos financeiros “acredito que ganho quando divulgo que os visitantes, assim que chegam, estão dentro de uma Resex. Todos querem saber como funciona, como convivemos com a área, etc. Outra coisa que gosto muito é aprender com essas pessoas, saber como é o lugar onde moram, por que escolheram visitar nossa região. Sem dúvida é uma troca de cultura incrível”.

Thiago Beraldo, coordenador do grupo de trabalho de TBC, conta que as comunidades passaram a enxergar na atividade uma forma de gerar renda. A iniciativa está despertando o interesse dos jovens, que já apostam em um modo de vida dentro do lugar onde moram e não somente nas cidades consideradas mais desenvolvidas. “O ICMBio está entendendo que essa é uma maneira que pode auxiliar os comunitários, principalmente os jovens, a permanecerem no local e se desenvolverem, partindo da união entre a conservação da natureza e o uso sustentável dos recursos, e promovendo a qualidade de vida das comunidades”, explica.

Para o futuro, Thiago conta que “uma Instrução Normativa vem sendo pensada para regulamentar a atividade, principalmente no que diz respeito ao ordenamento e delegação de serviços, como funcionará juridicamente o relacionamento entre ICMBio, as comunidades e as empresas”. Alguns consultores foram contratados e estão elaborando estudos, principalmente sobre legislação de delegação de serviços e pesca esportiva.

CONHECER, SENTIR, PRESERVAR

Investir e estruturar as unidades de conservação federais para o uso público é uma das



prioridades do ICMBio. A visitação a essas áreas protegidas além de proporcionar o bem estar, funciona como uma experiência rica em educação ambiental sobre a fauna, flora e toda a diversidade de nossos biomas.

Conhecer é o ponto de partida na viagem sensorial que cada turista participa, o ponto de chegada é o reconhecimento, é a sensibilização sobre a riqueza que está ao alcance de todos, mas que também precisa de cada um para continuar sendo preservada.

O ICMBio registra o crescimento contínuo no número de turistas que visitam UCs. Houve um salto de 1,9 milhões em 2006 para 8,2 milhões em 2016. “Esse crescente interesse demonstrado pela população deve contribuir para sensibilizar o governo na construção de políticas públicas que levem em conta a implementação das UCs e identifique oportunidades de negócios e parcerias”, garante o analista ambiental do ICMBio, Paulo Faria.

FOMENTANDO A ECONOMIA

Ainda em comemoração ao aniversário do ICMBio, a CGEUP está lançando o primeiro Relatório de Contribuições Econômicas do Turismo em UC. O estudo calculou os impactos econômicos decorrentes do dinheiro gasto pelos visitantes nas economias locais.

Em 2015, os 8 milhões visitantes gastaram R\$ 1,1 bilhão nos municípios do entorno das UC. A contribuição total desses gastos para a economia nacional foi de 43 mil empregos, R\$ 1 bilhão em renda gerando R\$ 1,5 bilhão em valor agregado ao PIB nacional. O setor de hospedagem registrou a maior contribuição direta,



com R\$ 267 milhões em vendas, seguido pelo setor de alimentação com R\$ 241 milhões. A coordenação verificou ainda que no município de Cruz, no Ceará, local que abriga o Parque Nacional de Jericoacoara, o ecoturismo impactou em 44,35% no PIB do município, gerando aproximadamente 1.850 empregos diretos. Em São José do Barreiro (SP), cidade sede do Parque Nacional da Serra da Bocaina, os gastos dos visitantes representam 28,37% do PIB local, gerando quase 500 empregos diretos.



Com objetivo de gerar mais oportunidades, alavancar a economia e continuar avançando em estruturação nas unidades de conservação, o ICMBio vem desenvolvendo parcerias e delegando serviços de apoio à visitação, como é o caso das concessões.

Atualmente os parques nacionais de Iguazu, Tijuca, Fernando de Noronha e Serra dos Órgãos operam através de concessões, entretanto o ICMBio vem coordenando a elaboração de estudos de viabilidade econômica e projetos básicos em diversas outras unidades como a Floresta Nacional de Canela (RS), a Reserva Extrativista do Unini (AM) e a Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais (AL). Atualmente estão previstos ainda os projetos de concessão de serviços de visitação em três unidades de conservação (UCs) federais: Parque Nacional de Brasília (DF), da Chapada dos Veadeiros (GO) e do Pau Brasil (BA).

PATRIMÔNIOS AMBIENTAIS AO ALCANCE DE TODOS

Contemplar nossas belezas naturais e vivenciar as experiências que a biodiversidade tem a oferecer é um direito de todos. Pensando nisso, o ICMBio vem cada vez mais investindo em ecoturismo, buscando promover, também, a inclusão social por meio da acessibilidade, adequando seus atrativos para receber turistas com algum tipo de deficiência ou mobilidade reduzida.

No Parque Nacional do Iguazu, o Macuco Safari, uma das principais atividades oferecidas aos visitantes ganhou rampas, elevadores e até uma espécie de bondinho. As adaptações foram inauguradas no mês de julho, todo o trajeto é inclusivo e todas as pessoas com mobilidade reduzida ou que fazem uso da cadeira de rodas são atendi-

das com soluções pensadas para que elas aproveitem ao máximo o passeio.

Outras unidades de conservação já contam com atrativos inclusivos, como é o caso do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha, que conta com trilhas acessíveis para os principais pontos de visitação: A trilha do golfinho e a trilha que leva à Praia do Sancho. Já no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros há uma trilha suspensa com acessibilidade. Por meio dela, pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida podem chegar até as corredeiras, aproveitando, inclusive, para tomar banho no local.

Para os próximos anos o Instituto Chico Mendes sonha e projeta grandes voos, investindo na conservação e na aproximação com a sociedade para que juntos possam continuar lutando pelo desenvolvimento sustentável do Brasil.



Fogo: de conflito a elo com a comunidade

A partir de julho, a seca, velha conhecida dos habitantes da região central do país, aparece, reduzindo a umidade e disparando as ocorrências de incêndios florestais. Uma faísca é suficiente para fazer o cerrado arder, causar a morte de centenas de animais pegos pelas chamas e reduzir a chance de sobrevivência de outros tantos, especialmente filhotes. Órfãos, eles não conseguem se defender de predadores ou se alimentar sem a ajuda da mãe.

“Historicamente, nas áreas protegidas, o cenário sempre foi de trabalhar com a exclusão de fogo. Na vegetação do cerrado, isso leva ao aumento do acúmulo de combustível, devido à alta produção de capim acarretando em incêndios de grandes proporções”, explica o coordenador de prevenção e combate a incêndios do ICMBio, Christian Berlinck. Nesta perspectiva, o manejo integrado do fogo já é utilizado em locais com o ambiente de savana, semelhante ao cerrado, como Estados Unidos, Austrália e países africanos.

São três pilares essenciais: a ecologia do fogo (como o fogo reage com o ambiente baseado em pesquisa e monitoramento); o uso (quem e por que usa, qual época que necessita ocorrer) e a exclusão do fogo (o combate propriamente dito). “A partir dessas experiências, nós entendemos que precisávamos melhorar o nosso entendimento sobre fogo, as necessidades de cada área, capacitar os nossos gestores e tomamos a decisão de investir mais em prevenção do que em combate”, explica Berlinck.

A área da Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins era permeada pela criação do gado e capim-dourado. “Com criação da unidade, essas práticas diminuíram. O combustível acumulado, antes fragmentado pelo uso de fogo, começou a se concentrar, aumentando a severidade e intensidade dos incêndios nos períodos de seca”, conta o chefe substituto da unidade, Máximo Menezes. A queima tardia, que ocorre no final da seca, é extremamente nociva ao meio ambiente por consumir o máximo de material combustível, liberar mais gases de efeito estufa e dificultar a rebrota da vegetação.

A partir de 2014, com o apoio da Coordenação Geral de Proteção e do Projeto Cerrado Jalapão, a unidade começou a utilizar novas técnicas para diminuir os impactos causados pelo fogo. “O primeiro passo foi o de fragmentar essas áreas, diminuindo a quantidade de combustível e a frequência de grandes incêndios”, complementa Menezes. O auxílio da comunidade ao redor da unidade também foi importante. A assinatura de um termo de compromisso foi o passo inicial para pactuar ações com a comunidade, facilitando, para os gestores monitorar e controlar as utilidades do fogo na área. “O fogo se transformou de conflito a um elo com a comunidade”, resume o chefe da Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins, Marco Borges.

Desde então, a Estação Ecológica vem apresentando quedas expressivas na ocorrência de incêndios severos. Em 2010, os incêndios que atingiam a unidade somaram 304 mil hectares. Em 2016, o número chegou ao patamar

de 78 mil hectares, uma redução superior a 25%. Os grandes incêndios também foram reduzidos. Em 2010, o maior incêndio foi de 80 mil hectares. Nos anos de implementação do Manejo Integrado do Fogo, o maior incêndio foi de 31,7 mil hectares, em 2016. “Isso é uma vitória, pois conseguimos diminuir esses incêndios nos piores El Niño da história” explica Christian Berlinck. O índice é melhor até que em anos considerados chuvosos.

Não só a ESEC Serra Geral do Tocantins está colhendo bons resultados com o manejo integrado do fogo. Desde 2010, o total de área queimada em unidades de conservação já diminuiu mais de 500 mil hectares, sendo que cerca de 200 mil hectares são provenientes de queimas prescritas e de aceiros, ou seja, queimas planejadas e monitoradas pelo ICMBio.

DE VILÃO A MOCINHO

O fogo não pode ser classificado como o vilão absoluto das queimadas. Alguns povos acreditam que o fogo renova, traz vida. De fato, o ciclo de rebrota de algumas espécies do cerrado necessita desse fenômeno. O fogo é natural em períodos chuvosos, principalmente no Brasil, líder em incidências de raio no mundo.

O manejo integrado do fogo procura desmistificar a ideia de que todo fogo é ruim. “Com a pesquisa e monitoramento do fogo, trabalhamos com a ideia de que o fogo pode ser um aliado na conservação da biodiversidade”, conta Borges.

“O que precisa mudar é a época em que o fogo ocorre. Quando acontece no final da seca, as reservas energéticas necessárias para frutificação, floração e produção de semente são consumidas”, explica Berlinck. Logo, quando

o fogo ocorre neste período, a vegetação é seriamente comprometida. Assim, a época ideal para queima prescrita é acompanhar o ciclo natural, ou seja, na transição do período chuvoso para o seco.

PROCESSO CONTÍNUO

O manejo integrado do fogo é um processo que exige um planejamento contínuo e prolongado. Primeiro é realizada uma avaliação das áreas, do ciclo reprodutivo das espécies e dos métodos a serem utilizados. Durante a execução (que ocorre até o final de junho), ocorre o monitoramento e pesquisa; depois uma nova avaliação da execução subsidia o planejamento do ano seguinte e assim sucessivamente.

Além dos benefícios à conservação e do fortalecimento com a comunidade, o manejo integrado do fogo também se traduz em economia. De acordo com Berlinck, os custos podem ser reduzidos em até 90%. “O combate ao incêndio severo nos demanda custos de contratação de brigadas, deslocamento, helicópteros... com o manejo integrado, o custo financeiro diminui bastante”, conta.

As expectativas para o futuro são promissoras. “As UCs do cerrado estão avançando bastante no manejo integrado do fogo. Esperamos que as nossas experiências sejam levadas para outras UCs, especialmente as do cerrado”, avalia Menezes.

“Queremos dar continuidade, melhorar a nossa capacitação, as ferramentas de controle e avaliação e continuar com a postura de investir mais em prevenção do que em combate, considerando o aspecto ecológico do fogo”, conclui Berlinck.



De mãos dadas com a sociedade

As 324 unidades de conservação federais administradas pelo ICMBio despertam interesse e curiosidade por suas paisagens, riquezas da flora e da fauna. Por trás de cada desafio, há o trabalho duro não só dos servidores do ICMBio e órgãos parceiros, mas também de pessoas comuns: estudantes universitários, comunitários e profissionais das mais diversas áreas que doam um pouco de seu tempo livre para ajudar na conservação da biodiversidade.

Atualmente, são 1700 pessoas cadastradas em todos os biomas do país: dos pampas à Amazônia, do Pantanal à Caatinga; atuando em áreas como administração, comunicação, consolidação territorial, gestão socioambiental, manejo para a conservação, pesquisa e monitoramento, produção e uso sustentável, proteção ambiental e uso público e negócios. Desde 2009, 133 unidades organizacionais aderiram ao Programa; sendo a região norte a líder (29,3%), seguidos por sudeste (24,8%); Nordeste e Sul (17,3%) e por fim o Centro-Oeste (11,3%).

Com a criação do ICMBio, o programa de voluntariado foi alocado na Coordenação Geral de Proteção. Em 2016, houve reestruturação da iniciativa que agora é de competência da Coordenação Geral de Gestão Socioambiental. Em maio de 2016, foi publicada a Instrução Normativa 03/2016 com as novas orientações do voluntariado.

“O Programa de Voluntariado se apresenta como um importante espaço político em prol das unidades de conservação e da biodiversidade num sentido amplo. A partir do momento que os voluntários se inserem ativamente nos processos de gestão das unidades ou em estratégias com foco na conservação da natureza, nos fortalecem trazendo novas ideias e sendo mais uma voz reivindicando melhorias, defendendo a relevância desses espaços para a qualidade de vida da população”, conclui o coordenador geral de gestão socioambiental, Paulo Russo.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E EDUCAÇÃO CIDADÃ

Mutirões de plantios de muda, limpeza dos manguezais, apoio logístico, administrativo, recuperação de mata ciliar, elaboração e conservação do acervo... são várias as atividades que um voluntário do núcleo de gestão integrada da Estação Ecológica Guanabara e Área de Proteção Ambiental de Guapi-mirim podem desempenhar. Até agora, mais de 80 pessoas já atuaram em programas de média e longa duração. Se considerarmos ações rápidas, como mutirões, foram mais de 600 participações.

Desde 2009, as unidades contam com o apoio de voluntários da região, com uma parte expressiva de estudantes do nível técnico ou universitário buscando experiências profissionais na área de meio ambiente. “Ultimamente temos tido grande procura por parte de estudantes de graduação de todo o país que vêm a divulgação do programa no site do ICMBio e enviam emails a várias UCs à procura de um período condensado de voluntariado”, relata a responsável pelo programa do NGL, Juliana Fukuda.

“O Programa de Voluntariado se apresenta como um importante espaço político em prol das unidades de conservação e da biodiversidade num sentido amplo.”

Uma das atividades de destaque é a participação dos voluntários no Projeto “APA de Guapi-Mirim nas Escolas”. Em 2011, os técnicos do ICMBio entraram em contato com as escolas da região a fim de fortalecer vínculos e aproximar o instituto da comunidade. Dessas reuniões, o ICMBio promoveu o Projeto “APA de Guapi-Mirim nas Escolas”. Desde 2014, o ICMBio já visitou 33 escolas da região envolvendo mais de 8 mil estudantes em atividades de conscientização ambiental e formação cidadã. Os voluntários auxiliam o projeto ministrando atividades lúdicas que despertam o interesse dos estudantes sobre unidades de conservação e meio ambiente, de forma geral.

Segundo Fukuda, o programa de voluntariado vem dando resultados satisfatórios tanto para os servidores tanto para a comunidade envolvida, aumentando a integração e a conscientização sobre a importância e a função das unidades de conservação na área. Ela ressalta o papel essencial dos voluntários na realização de atividades e projetos que não seriam possíveis sem a ajuda deles. “Quanto mais a importância das UCs for reconhecida, melhor para a conservação ambiental. São mais olhos e ouvidos protegendo as áreas naturais, e mais bocas para falar sobre isso”, resume Fukuda.

PARCERIA PARA PROTEÇÃO

O tracajá (*Podocnemis unifilis*) é uma espécie de tartaruga natural dos rios amazônicos. Sua carne e ovos são bastante apreciados como iguarias culinárias. É uma espécie classificada como vulnerável, mas na área da Reserva Extrativista Tarauacá e de uma das bases avançadas do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade, o tracajá quase foi extinto localmente.

Esse cenário vem se revertendo graças ao projeto “Manejo Participativo de tracajás na Resex do Alto Tarauacá” que existe desde 2011, mas que em 2017 passou a incorporar oficialmente os voluntários da Resex. Atualmente, 40 pessoas da comunidade local são voluntárias.

“O esforço de divulgação neste caso é feito de casa em casa dos moradores da Resex onde sabidamente há formação de praias ao longo do Rio Tarauacá e que também há presença



Experiências de voluntariado aproximam o Instituto da comunidade, geram oportunidades profissionais e fortalecem vínculos

da espécie. Durante a visita o morador e sua família são convidados a participar de forma voluntária no manejo, após serem esclarecidos sobre a importância do animal na natureza e da necessidade dos mesmos assumirem essa responsabilidade de recuperação e preservação da espécie para eles mesmos e para seus descendentes”, explica a responsável pelo programa da unidade, Rosenil Oliveira.

Os voluntários são responsáveis por monitorar e sinalizar as praias próximas às suas residências onde ocorre desova; retirar as covas que estejam sob riscos naturais ou do ser humano, bem como o monitoramento desses lugares durante o período de incubação, auxílio no nascimento e soltura dos filhotes à natureza. Com isso, já está sendo observado uma significativa melhora no processo de manejo do tracajá na região.

A população também está colhendo os frutos dessa parceria. “Observamos que na área onde há o manejo em operação, os comunitários estão mais organizados, unidos e proativos no atendimento a quaisquer outras ações de gestão que são demandados, o que não ocorre deliberadamente em outras comunidades da reserva não envolvidos nessa proposta voluntária ainda”, conta Oliveira. Os moradores também relatam que sentiram uma crescente sensação de participação e pertencimento à gestão da UC, já que os resultados do manejo também atraem visibilidade para a região de Jordão e Tarauacá e se traduzem em melhoria na qualidade de vida dessas pessoas. “A inserção oficial dessas famílias que já tem histórico de ação voluntária por alguns anos, dentro



do Programa de Voluntariado do ICMBio, será mais um meio de valorização do empenho que os mesmos veem apresentando em prol desta Unidade de Conservação e da sociedade local como um todo”, completa Oliveira.

NO MEIO DO MAR

Primeiro parque nacional marinho do país, o Programa de Voluntariado em Abrolhos se confunde com a fundação da unidade, ainda na década de 80, quando estudantes estagiários desenvolviam algumas atividades no local.

A adesão ao Programa de Voluntariado foi feita em 2011, continuando até hoje de forma ininterrupta, com uma média de 30 voluntários por ano. Em 2016, com a reestruturação do Programa 31 pessoas já prestaram apoio à unidade.

O principal eixo temático é o uso público, com voluntários locados nas imediações do Centro de Visitantes, em Caravelas (BA). Mas os participantes também contribuem em outras áreas de atuação, como pesquisa e monitoramento; comunicação e educação ambiental.

“Os voluntários também contribuem muito na recepção de turistas e visitantes, agregando seus conhecimentos e dinâmicas próprias, tendo muitas vezes excelente aceitação pelo público deixando também heranças para nossa equipe. Os voluntários também são grandes vetores de divulgação da Unidade de Conservação, suas belezas e o trabalho em prol da conservação da biodiversidade”, destaca o gestor da unidade Fernando Repinaldo. Eles chegaram a produzir um vídeo sobre a atividade que pode ser acessado aqui:

O local atrai muitos estudantes de biologia marinha e oceanografia vindos das mais diversas partes do país. Lá eles têm a oportunidade de participar do monitoramento de espécies marinhas como tartarugas e baleias. Entretanto, Repinaldo afirma que recentemente o programa tem sensibilizado os moradores da região de Caravelas. “Cerca de 30% dos voluntários que estamos recebendo são da região, no Centro de Visitantes, por exemplo, dos 22 apenas 1 não era morador do entorno”, explica Repinaldo.

Os benefícios do voluntariado não são essencialmente pontuais. Repinaldo destaca que alguns desses voluntários foram posteriormente contratados como prestadores de serviços. “Os vínculos continuaram: além dos voluntários que foram contratados pelo parque como prestadores de serviço, outros estão inseridos na visitação comercial da UC e outros prestando serviços para instituições nos arredores”, finaliza Repinaldo.



Conquistas na regularização fundiária

Juliana Fukuda



Mais de 14 milhões de hectares foram regularizados após a criação do ICMBio

Desde a sua criação, em 2007, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) adota uma série de instrumentos para promover e agilizar as ações de regularização fundiária nas unidades de conservação (UCs) federais. De lá para cá, já foram legalizados cerca de 14 milhões de hectares em UCs, o que contribui fortemente para a gestão das áreas protegidas.

Atualmente, o ICMBio administra 324 unidades de conservação federais, totalizando cerca de 79,2 milhões de hectares. O ato de criação da unidade não caracteriza transferência de domínio. É necessário que se proceda a regularização da situação fundiária, ou seja, a identificação e a transferência de domínio ou da posse de todos os imóveis contidos no seu interior para o ICMBio.

Dos 79,2 milhões de hectares, cerca de 10,5 milhões de hectares constituem as 57 UCs federais em cujas categorias (Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ambiental, Refúgio de Vida Silvestre e Monumento Natural) as terras podem permanecer sob domínio privado. Caso o plano de manejo das UCs dessas categorias resulte na imposição de restrições severas ao uso da terra, os proprietários também deverão ser indenizados.

As 267 unidades de conservação restantes, pertencentes às demais categorias (Estação Ecológica, Floresta Nacional, Parque Nacional, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva Biológica e Reserva Extrativistas), abrangem cerca de 68,6 milhões de hectares. Nelas, o uso e o domínio das terras devem ser públicos. Caso haja em seu interior imóveis privados, eles devem ser desapropriados.

PORTARIA CONJUNTA

Em 2009, dois anos após a criação do ICMBio, o governo editou a portaria conjunta dos ministérios do Planejamento e do Meio Ambiente, de nº 436, que prevê o repasse da área dentro de unidades de conservação por meio de termo de entrega ao Ministério do Meio Ambiente para que este, por sua vez, faça a concessão do direito real de uso (CDRU) ao ICMBio. Essa parceria possibilitou a regularização fundiária de 5,8 milhões de hectares.

No caso das glebas públicas federais sob domínio ou gestão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) sobrepostas às unidades de conservação do ICMBio a transferência se dá por CDRU e é regida pela Portaria Conjunta Nº 4/2010. Como resultado dessa ação conjunta, já foram regularizadas 6,8 milhões de hectares.

Uma outra parceria, desta vez entre o ICMBio e o estado do Amazonas, resultou na regularização de mais 1,5 milhões de hectares de terras públicas estaduais inseridas em unidades de conservação.

O recebimento dessas áreas é importante instrumento para garantir a segurança jurídica na posse das populações tradicionais beneficiárias nas UCs de uso sustentável a quem o

ICMBio outorga a concessão de direito real de uso, coletiva e gratuitamente, por meio das associações e cooperativas representativas das comunidades.

COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

No que se refere aos imóveis de domínio privado a incorporação ao patrimônio da autarquia ocorre por três meios distintos: doação de terras, desapropriação amigável ou desapropriação judicial.

Para viabilizar a retomada das ações de indenização de benfeitorias e desapropriação de imóveis rurais localizados em UCs de domínio público, foi elaborada e publicada a Instrução Normativa ICMBio nº 2 de 3 de setembro de 2009. As fontes de recursos para as indenizações são oriundas do Orçamento Geral da União ou da Compensação Ambiental.

A Compensação Ambiental, instituída pela Lei nº 9.985, de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e regulamentada pelo Decreto nº 4.340, de 2002, é o mecanismo financeiro de compensação pelos efeitos de impactos não mitigáveis ocorridos na implantação de empreendimentos.

Tais recursos são aplicados prioritariamente na regularização fundiária das unidades de conservação. Atualmente já foram destinados cerca de R\$ 780 milhões para regularização fundiária de UCs. No entanto, desse montante apenas R\$ 195 mil foram disponibilizados pelos empreendedores.

Entre 2009 e 2017 foram investidos R\$ 140 milhões para desapropriação de imóveis, que correspondeu à regularização de 122 mil hectares de imóveis em várias unidades de conservação.

COMPENSAÇÃO DE RESERVA LEGAL

Em função do reduzido volume de recursos disponíveis para financiamento da regularização de imóveis privados, o ICMBio viabilizou a aplicação do mecanismo não financeiro da desoneração de Reserva Legal, previsto pelo art. 44, inciso II, §2º do Código Florestal (Lei nº 4.771/65), que permite que o

proprietário de terra que não possua reserva legal mínima no seu imóvel seja desonerado da obrigação de recuperá-la mediante a aquisição de propriedades privadas localizadas em UC e doação ao Instituto.

Por meio de parceria com o Instituto Ambiental do Paraná e com o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais, o ICMBio conseguiu bons resultados na aplicação desse mecanismo no Parque Nacional de Ilha Grande, no Paraná, e no Parque Nacional da Serra da Canastra, em Minas Gerais.

Em 2012, a Lei nº 12.65, em seu artigo 66, substituiu a figura da desoneração pela compensação de reserva legal, que possibilita a ampliação da abrangência desse mecanismo de regularização fundiária das unidades de conservação, na medida em que amplia o período de abrangência de sua aplicação, permitindo que proprietário ou possuidor de imóvel rural que detinha área de reserva legal em extensão inferior ao estabelecido no artigo 12, até 22 de julho de 2008, possa regularizar sua situação por doação ao poder público de área localizada no interior de UC de domínio público pendente de regularização fundiária.

O ICMBio já recebeu em doação a título de compensação de reserva legal 16 mil hectares distribuídos nos Parques Nacionais de Ilha Grande, Grande Sertão Veredas, Serra da Canastra, Itatiaia, Araucárias e Serra da Bodoquena.

Foram também emitidas certidões de habilitação para Compensação Reserva Legal que totalizaram cerca de 400 mil hectares a ser doados ao ICMBio, por meio do mecanismo da compensação de reserva legal. A relação de imóveis, já habilitados, está disponível aos interessados aqui: <https://goo.gl/GrmMVR>.

Há também a doação de imóveis ao ICMBio por compensação de cavernas, termos de ajustamento de conduta e conversão de multas. A doação por estes três mecanismos já totalizou cerca de 13 mil hectares e foram investidos pelos doadores cerca de R\$ 1,6 milhões.

ATOS ADMINISTRATIVOS SIGTerra

Em 2015, foi lançado o Edital de Concorrência Pública nº 02/2015, que subsidia a realização de atos administrativos por parte do ICMBio nas políticas públicas de consolidação territorial. A ideia é dinamizar os procedimentos de aquisição de imóveis inseridos em unidades de conservação, superar as deficiências operacionais e qualificar as informações acerca da situação fundiária das UCs.

Os contratos têm vigência de 5 anos. No período 2015-2017, foram emitidas 18 Ordens de Serviço, perfazendo o valor de R\$ 9,5 milhões, o que resultará em ganho de escala na abertura e instrução de processos de regularização das UC e consequente aumento na execução da Compensação Ambiental.

Também em 2015, foi lançado o Sistema de Informações sobre Consolidação Territorial de Unidades de Conservação Federais (SIGTerra), que busca qualificar a gestão e compartilhamento das informações que versam sobre consolidação territorial das unidades de conservação federais.

O sistema possibilita ao ICMBio o acompanhamento em tempo real de processos administrativos e judiciais de obtenções de terras, imóveis já adquiridos, CDRU e demarcação e sinalização das UCS federais. A demarcação é a ação de materialização em campo do limite descrito no memorial presente no ato legal de criação e alteração de limites de cada unidade de conservação federal.

No período 2009- 2017 foram demarcadas 11 unidades na região da BR-319 com recursos do Departamento Nacional de Infraestrutura Terrestre (DNIT); 13 Resex na Amazônia com recursos do Governo da Noruega/PNUD; cinco unidades da Amazônia em parceria com SPU; 10 UCs na região da BR-163 com recursos do KFW; e uma UC com recursos de ação judicial.

Inovação e capacitação: gestão mais eficiente



ICMBio ganhou Prêmio Inovação no Setor Público no último dia 15

Em dez anos, três prêmios. Os concursos de inovação no setor público, promovidos pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e conquistados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), nesses seus poucos anos de existência, são um atestado da preocupação da autarquia com o constante aperfeiçoamento de seu corpo de servidores.

Já em 2008, apenas um ano após a sua fundação, o ICMBio foi premiado no 12º Concurso de Inovação no Setor Público pela implantação do Sistema de Autorização e Informação para a Biodiversidade, o Sisbio. Cinco anos depois, em 2013, o Instituto venceu a 17ª edição do prêmio com o Almojarifado Virtual. Este ano, na 21ª edição, a premiação foi para o Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão, o Sange.

O Sisbio agilizou o processo de autorização de pesquisas relacionadas à biodiversidade, ao possibilitar aos pesquisadores a liberação on line de estudos e coleta de material biológico, sobretudo de espécies ameaçadas, em unidades de conservação federais ou cavernas em todo o território nacional.

Atualmente, o Sisbio apresenta números estratosféricos. São mais 40 mil pesquisadores cadastrados, mais de 21 mil autorizações concedidas, sendo cerca de 10 mil em unidades de conservação federais, mais de 1.300 com espécies ameaçadas de extinção e quase 15 mil relatórios de pesquisas.

Esses relatórios possibilitaram sistematizar cerca de 380 mil regis-

tros de ocorrência de táxons (unidades de classificação de espécies) dentro e fora de, ordenar os registros de ocorrência por grupo taxonômico e relacionar publicações originadas das pesquisas realizadas, entre outras informações importantes para subsidiar a gestão das UCs e o manejo das espécies.

Há dois anos, o Sisbio entrou em uma nova etapa. Evoluiu do processo cartorial (recebimento de solicitações e emissões de autorizações) para a gestão da informação (sistematização e divulgação dos dados de biodiversidade resultantes das pesquisas autorizadas).

O Almojarifado Virtual é uma proposta de sustentabilidade por contratação de gerenciamento de meios. A iniciativa opera a partir da prestação de serviço continuado. Com isso, o ICMBio parou de adquirir materiais de escritório e de combate a incêndio e passou a operar com um almojarifado terceirizado que fornece insumos de expediente, processamento de dados e combate a incêndios de seu próprio almojarifado, num sistema similar a um stop shop, além de controlar os estoques de pronto uso de cada unidade e fazer o seu ressuprimento.

Cada unidade da autarquia possui uma cota autônoma de pedidos, num baixo valor em periodicidade mensal. Desse modo, as unidades do Instituto se mantêm supridas o ano todo, sem desperdícios e sem estoques, fazendo os seus pedidos no almoxarifado virtual e custorizando suas cestas de necessidades de produtos para a produção processual e o atendimento sazonal das emergências ambientais.

Já o SANGe é um sistema institucional, de ciclo anual, que avalia e monitora a gestão das 324 UCs administradas pelo Instituto. A ferramenta avalia a gestão das unidades por meio da análise de elementos territoriais – o que se quer manter, as relações da sociedade com esses elementos e as ações dos órgãos gestores.

Tudo isso é feito por meio de um painel de gestão que permite o preenchimento e a visualização de dados, gerando resultados que podem auxiliar outros processos, como plano de manejo e compensação ambiental.

O SAMGe contribui ainda para subsidiar a tomada de decisão em âmbito local, sistematizar e monitorar informação territorial em uma base comum e gerar relatórios gerais ou específicos. Além disso, o sistema também é utilizado, ainda de forma incipiente, como ferramenta para priorizar ações e processos em UCs federais e estaduais apoiadas por projetos especiais.

ACADEBio, O ESPAÇO DO CONHECIMENTO

A consolidação da educação corporativa no ICMBio ganhou força a partir de 2009, com a criação do Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade (Acadebio), como estratégia de proporcionar ao quadro de servidores formação e capacitação continuada de acordo com as diretrizes institucionais, numa estrutura própria e adequada.

Da sua fundação até hoje, a Acadebio já ministrou mais de 450 cursos nas mais diversas temáticas, totalizando aproximadamente 16 mil participações, das quais destaca-se a formação de 263 instrutores.

Dentre os cursos, destaque para os de Formação em Gestão da Biodiversidade; Gestão Socioambiental; Gestão para Resultados; Formação de Instrutores; Fiscalização Ambiental; Abordagem, Armamento e Emprego de Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo; Monitoramento da Biodiversidade; Geoprocessamento; e Uso Público em Unidades de Conservação.

Grande parte dessas capacitações foi efetuada na modalidade presencial. Até o final deste ano, o ICMBio passará a disponibilizar diversos cursos virtuais e gratuitos para a sociedade, em sua mais nova plataforma (ava.icmbio.gov.br).



Educação corporativa no ICMBio ganhou força a partir de 2009, com a criação da ACADEBio

Mas não é de hoje que a Acadebio vem ampliando sua área de atuação para o público externo. Desde alguns anos, o Centro de Formação contempla outros órgãos públicos, notadamente os integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), como o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e órgãos estaduais e municipais da área ambiental.

Esse maior raio de ação tem gerado repercussões muito positivas na formação de agentes públicos vinculados à conservação da biodiversidade brasileira. “Com isso, estamos contribuindo para uma ação sistêmica do Estado brasileiro na conservação do meio ambiente, criando uma rede de troca de informações e conhecimentos com nossos parceiros”, diz Marina Kluppel, chefe da Acadebio.

Desse modo, a Acadebio se consolida cada vez mais como um espaço de intercâmbio e inovação na gestão da conservação da biodiversidade brasileira. Com uma clara vocação para estabelecer pontes entre servidores do ICMBio e de outros órgãos do Sisnama, o ambiente de imersão do Centro de Formação, situado na Floresta Nacional de Ipanema, em Iperó (SP), permite a problematização e a experimentação da realidade da gestão de áreas protegidas em um local de troca de experiências e ideias.

“Com a riqueza de ambientes naturais oferecidos pela Flona de Ipanema, verdadeiro campo de experimentação, os cursos oferecidos pela Acadebio, neste espaço, permitem a construção de soluções para questões compartilhadas dentro da temática da gestão da biodiversidade brasileira”, conclui a chefe Marina Kluppel.



Entrevista Ricardo Soavinski / 10 anos de ICMBio

“Estamos todos de parabéns”

O analista ambiental Ricardo Soavinski se sente feliz de estar como presidente do ICMBio justamente quando o órgão completa 10 anos neste 28 de agosto. Com mais de 30 anos de experiência na área ambiental, conhece bem o órgão. Trabalhou no ICMBio com projetos de pesquisa, manejo e conservação de fauna, criação e gestão de unidades de conservação (UCs) e desenvolvimento do ecoturismo.

Formado em oceanografia, ele faz um balanço do trabalho do instituto desses 10 anos nesta entrevista pingue-pongue. Ressalta os avanços, a importância das parcerias, a dedicação dos servidores e ainda cita os desafios para a próxima década. Admite, entretanto, o desafio que é cuidar de 324 unidades de conservação no país, praticamente 9% do território nacional.

“A riqueza do patrimônio natural nos impõe uma missão gigantesca, considerando o tamanho do país, a megabiodiversidade e a diversidade sociocultural das regiões”, argumenta. Segundo ele, os bons resultados são fruto das parcerias, que vão desde a dedicação dos servidores do ICMBio, os órgãos públicos, iniciativa privada, sociedade civil organizada, voluntários e até a população, que também se engaja na defesa e proteção dos recursos naturais. “Estamos todos de parabéns. Evoluímos muito, mas temos ainda muito o que fazer, pois o país precisa e o planeta também”, ressalta.

Nesta entrevista, o presidente defende que o ICMBio cuida de vida, “e não só a vida da fauna e da flora, mas também das pessoas”. Segundo ele, não é somente das pessoas que vivem do extrativismo nas Unidades de Conservação, mas também das pessoas que buscam a natureza para ter momentos de lazer, esporte e contemplação. “Essa conectividade com a natureza, aproxima as pessoas da conservação da biodiversidade, ajuda a criar uma cultura de cuidados com a natureza”.



Bruno Bimbato

O presidente do Instituto, Ricardo Soavinski, durante entrevista para o ICMBio em Foco

Qual é a sua avaliação sobre o trabalho do ICMBio nestes 10 anos?

Eu avalio que as coisas estão indo bem, que crescemos muito nestes 10 anos. Claro que eu também entendo que o instituto tem que trabalhar cada vez mais, e sei que o desafio é muito grande. Temos a missão de cuidar da biodiversidade, e esse patrimônio natural nos impõe uma missão gigantesca, considerando o tamanho do país, com a megabiodiversidade e com a diversidade sociocultural das regiões. Então, é um desafio muito grande. Ainda mais para um órgão que tem uma estrutura muito aquém do necessário. Mas eu diria que graças ao profissionalismo, a qualidade, e ao comprometimento dos servidores do ICMBio, alcançamos bons resultados até aqui. E, graças também, aos inúmeros e bons parceiros

que temos. São as polícias, prefeituras e o próprio Ibama de onde nascemos, e é hoje um dos nossos principais parceiros. A boa sintonia que temos com o Ministério do Meio Ambiente, do qual estamos vinculados. As organizações do terceiro setor, que se dedicam a longo de muitos anos a nos ajudar. Na iniciativa privada, temos parceiros operacionais e doadores. Então, quando se soma todos os parceiros, temos uma dimensão muito maior para enfrentar esse grande desafio.

O ICMBio também tem alcançado bons resultados com o voluntariado?

Sim, essa foi uma grande conquista. Temos o parceiro individual, o voluntário, isso é maravilhoso. A gente vê que o voluntariado é muito forte em outros países. E no Brasil não tínhamos essa cultura. Foi um desafio, e implantamos o voluntariado nas unidades de conservação, nos centros de pesquisa e na própria administração. E evoluiu muito bem. Temos mais de 1.300 voluntários em 133 unidades de conservação. Hoje, quando soltamos um chamado para voluntariado, a demanda é grande, são muito os candidatos. Isso faz toda a diferença, porque percebemos que tem muita gente disposta a ajudar o instituto e a natureza. Eu acrescentaria ainda o trabalho voluntário dos 6.950 conselheiros que atuam em 278 unidades de conservação. Os conselhos ampliam os espaços de diálogo com a comunidade, isso é fundamental.

Desde que o ICMBio foi criado o número de visitantes nas Unidades de Conservação saltou de 3,5 milhões, para 7,9 milhões em 2016. Esse aumento deve-se ao fato da aproximação das pessoas com a natureza?

Acredito que tudo isso é parte das unidades estarem, cada vez mais, funcionando melhor. Isso propicia que a população entenda melhor o papel da biodiversidade, os serviços que a biodiversidade pode trazer, não só para o país, mas para o planeta. Temos paisagens belíssimas, uma biodiversidade riquíssima, e as pessoas já imaginam todo o serviço que as Unidades podem prestar, que é essencial à vida, como a água. As unidades protegem valiosos mananciais, isso é um valor enorme para a sociedade. Além disso, as unidades es-

tão vinculadas ao turismo, ao lazer, à recreação, à pesquisa, à educação ambiental, à renda, ao emprego, e tudo isso traz melhoria da qualidade de vida, e amplia a visitação.

O ICMBio cuida de vida. E não é somente a vida silvestre, mas também da vida de pessoas. E não é somente das pessoas que dependem diretamente das unidades de conservação. E também das pessoas em geral, que visitam as unidades, que vão ter momentos de lazer com a sua família. Recentemente, inauguramos uma trilha de bike, que também serve para caminhadas, na Flona de Brasília. Esse espaço faz toda diferença para a vida das pessoas que frequentam a Flona. Então, de uma certa maneira, estamos cuidando da vida das pessoas. Elas usam os espaços para lazer, contemplação, aumentando sua conectividade com a natureza. E tudo isso aproxima a população das unidades.

E quais são os problemas e as oportunidades que as unidades de conservação oferecem?

Recentemente, estava em uma audiência pública da Comissão de Agricultura e Pecuária junto com o ministro Sarney Filho, e o assunto de unidades de conservação foi abordado por diversas vezes só apontando problemas. Chegou em um certo momento em que eu provoquei: vamos parar de falar dos problemas que unidades têm, porque problemas todos temos, e vamos falar das oportunidades das unidades de conservação, do que elas produzem. A agricultura e pecuária produzem alimentos, as unidades também produzem muito alimentos nas Reservas Extrativistas (Resex), e as Florestas Nacionais (Flonas) têm produção de madeira. Temos 60 mil famílias que retiram seu sustento dessas unidades, incluindo ainda a Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Portanto, as unidades produzem oportunidades de geração de renda, então, a gente também está tratando, quando se fala em unidades de conservação, de produção e oportunidades.

Outro exemplo que acho importante. As baleias, quantas oportunidades elas podem propiciar com o turismo de avistamento, assim como as onças no pantanal. Então, as

Unidades geram muitas oportunidades, não somente de proteção do patrimônio natural, mas de geração de renda. O turismo nos Parques Nacionais. Além dos serviços ambientais como a água e o clima. E esse olhar das oportunidades que precisamos valorizar mais.

Especificamente, na área da conservação da fauna, o ICMBio promoveu há 3 anos a atualização da lista das espécies ameaçadas. Um trabalho monumental. Como o senhor avalia essa conquista?

Fazer essa avaliação das espécies, foi um trabalho enorme que envolveu centenas de pesquisadores. E foi necessário fazer uma avaliação dentro de uma metodologia previamente definida. Afinal, saímos de mil espécies avaliadas para mais de 12 mil espécies, divididas entre anfíbios, aves, mamíferos, peixes continentais, peixes marinhos, répteis e invertebrados marinhos e terrestres, todos analisados quanto ao estado atual de conservação, com identificação das categorias de ameaça de extinção. Todo esse trabalho foi um avanço grande, e rendeu até prêmio. Entretanto, mais do que a avaliação das espécies é tomar as medidas para reverter a situação de ameaça. Para isso, temos Plano de Ação para cada espécie. Temos planos para 576 espécies ameaçadas de extinção. E todo o nosso trabalho e a mobilização para implementar as ações necessárias para a proteção dessas espécies, tem alcançado bons resultados. Como a baleia jubarte, que até já foi retirada da lista de espécies ameaçadas de extinção. As tartarugas com o projeto Tamar, as onças-pintadas que aumentou a sua população no Parque do Iguçu, e diversas outras espécies.

O ICMBio hoje cuida de 324 unidades de conservação, representa 9% do território nacional. Como surgiram as unidades de conservação?

Foi através da pesquisa que surgiram muitas das unidades de conservação. A primeira ou a principal importância das unidades é a conservação do habitat, foi assim que elas nasceram. Foram criadas em função da presença de espécies ameaçadas, informações que foram trazidas pela pesquisa, pelo conhecimento. Por isso, a pesquisa é fundamental. Muitas foram criadas em função para proteger mananciais, e, na época, nem se falava em serviços ambientais ou serviços ecossistêmicos. O Parque Nacional de Brasília, por exemplo, foi criado para proteger o manancial. Por isso, todo esse conhecimento, fruto de pesquisa, é extremamente necessário para fundamentar a criação das unidades, mas também para a gestão da unidade, o conhecimento das espécies, o conhecimento ecológico. Além do conhecimento sobre os modos de vida, sobre toda a situação de desenvolvimento em torno dessas unidades, das ameaças que elas sofrem.

O Refúgio de Vida Silvestre de Alcatrazes foi a primeira unidade de conservação que fez um plano de manejo em seu primeiro ano de criação da unidade. Isso significa um destravamento dos planos de manejo?

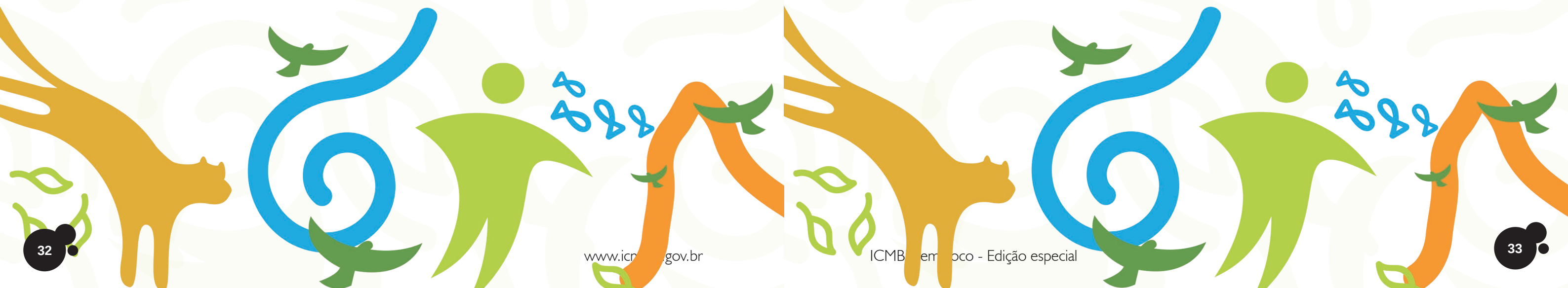
Evoluímos também na parte dos planos de manejos. Partimos de 70, e hoje temos 178 planos feitos. Uma média de 10 por ano, é uma evolução grande. Hoje a maior parte das unidades já têm seu plano de manejo e tem mais de 70 sendo elaborado. Acreditamos

que, com a revisão da metodologia de planejamento, vai dar ainda mais celeridade ao processo. Alcatrazes realmente foi a primeira unidade que fez seu plano de manejo no seu primeiro ano de vida. Prometemos que ficaria pronto e publicado quando a unidade completasse um ano. A equipe foi muito eficiente, e, agora, vamos abrir a unidade para visitação. Já temos uma solenidade prevista para os próximos dias, para assinar a portaria que define o plano de uso público e de cadastramento de embarcações que vão operar para o turismo de mergulho e de contemplação da natureza. O arquipélago é pouco conhecido, tem potencial turístico, e protege uma área com elevada riqueza e abundância em biodiversidade marinha e insular, sendo considerada a região de fauna recifal mais conservada do sudeste e sul do Brasil, abrigando mais de 1.300 espécies.

E quais são os desafios que o ICMBio enfrenta?

Temos que criar mais unidades de conservação e implementá-las. Elas são mais que necessárias para proteger nossa biodiversidade e o patrimônio sociocultural. E precisam ser bem geridas e ofertar todas as oportunidades. Eu acredito o ICMBio está no caminho certo, e, se tiver mais condições de trabalho e de estrutura, vamos conseguir aumentar o número de unidades. Mesmo com as restrições orçamentárias, queremos implementar e colocar em funcionamento todas as unidades de conservação no país. Para isso, estamos mexendo em instrumento de gestão, como na própria metodologia de plano de manejo. Também queremos tra-

zer mais parceiros da iniciativa privada, por meio das concessões, para ampliar o apoio do uso público nos parques nacionais. Trabalhar mais ainda na pesquisa e no manejo das espécies para reverter as ameaças de extinção. Ampliar as ações e valorização da produção extrativista. Investir mais no turismo de base comunitária. Ampliar a pesquisa das unidades de conservação. Temos unidades de conservação muito bem implantadas, em todas as categorias, funcionando muito bem. Além de excelentes projetos e iniciativas para a pesquisa e conservação das espécies, mas temos que aumentar a escala. Para isto, é fundamental, além de aprimorar os instrumentos e modelos de gestão, ampliarmos nossa força de trabalho. Temos um excelente time, mas somos poucos ainda frente ao enorme desafio. Fundamental também é investir na comunicação e na aproximação das Unidades de Conservação com a sociedade, para um melhor entendimento, valorização e proteção deste riquíssimo e maravilhoso patrimônio ambiental e sociocultural que nosso país abriga.



Depoimentos

“Nesses 10 anos, O ICMBio tem desempenhado papel estratégico para que as Unidades de Conservação do país se tornem um orgulho para todos os brasileiros. Quanto mais visitantes essas áreas receberem, mais as regiões que as abrigam entenderão sua importância econômica e mais a sociedade valorizará o papel fundamental deste ativo ambiental na conservação da rica biodiversidade brasileira”

Pedro Luiz Passos, presidente da Fundação SOS Mata Atlântica



“Dos 10 anos de ICMBio, eu participei de 8. Vejo que nesse tempo a gente tem conseguido se firmar como instituição, consolidar o que a gente quer para a conservação, se capacitar cada dia mais. Estamos crescendo e conseguindo conquistar a sociedade, os parceiros. É uma grande história e eu espero que nos próximos 10 anos a gente tenha muito mais ganhos e que sociedade esteja cada vez mais próxima do Instituto”

Josângela Jesus, Parque Nacional do Jaú



“O IPÊ é parceiro de longa data do ICMBio, com uma atuação bem próxima (mais no dia a dia) desde 2013. Estamos presentes em todas as etapas de construção e execução de nossas ações em conjunto com o ICMBio. O comprometimento dos gestores nos trabalhos que desenvolvemos em conjunto é excepcional. Atualmente, trabalhamos com o Programa de Monitoramento da Biodiversidade e no fortalecimento de algumas ações estruturantes de gestão do Instituto. Ficamos muito felizes pelos 10 anos do ICMBio e ver quantos avanços o Instituto teve nesse período”

Fabiana Prado, coordenadora de Projetos e Articulação Institucional do IPÊ



“Proteger e investir em áreas naturais é preservar nossos patrimônios e melhorar a qualidade de vida de todos. Nesse aniversário de 10 anos, a Fundação SOS Mata Atlântica parabeniza o ICMBio pelo seu importante trabalho para o fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) em prol das áreas públicas e privadas, as RPPN - Reservas Particulares do Patrimônio Natural, contando com os proprietários de terras, guardiões da natureza. Somos parceiros nesta agenda e em atividades desenvolvidas em diversas unidades, como é o caso da APA Costa dos Corais, APA de Guapi-Mirim / Esec Guanabara, APA de Cairuçu, Rebio Atol das Rocas e Parque Nacional da Tijuca, colaboração que desejamos renovada, fortalecida e ampliada para os próximos anos!”

Marcia Hirota, diretora-executiva da Fundação SOS Mata Atlântica



“Atualmente, o Brasil conta com apenas 1,5% do seu território marinho protegido por Unidades de Conservação (UCs) que garantem algum nível de proteção aos ambientes sensíveis e relevantes. Esse índice está muito abaixo do compromisso assumido pelo país na Convenção da Biodiversidade, por isto é fundamental que o ICMBio priorize na sua agenda para os próximos anos a criação de novas UCs costeiras e marinhas no país”

Roberto Klabin, empresário e vice-presidente da Fundação SOS Mata Atlântica para área de Mar



“Quando o grupo de 170 pessoas do ICM-Bio chegou na Amazônia, a situação era bem diferente da atual. O ICMBio conseguiu avançar em questões fundamentais: conselhos e planos de manejo, por exemplo, avançaram muito na Amazônia. Mas o que eu acho mais interessante nesse processo é que as populações tradicionais que vivem em unidades de conservação, que é o mais comum nesse bioma, realmente tiveram progressos. O manejo florestal andou e começa a se consolidar, o manejo do pirarucu também, e a gente conseguiu de forma muito rápida fazer com que processos específicos andassem, melhorando a qualidade de vida e as questões ambientais. Para os próximos 10 anos, precisamos aprimorar o modelo de gestão das áreas protegidas da Amazônia, que ainda é muito frágil. Espero que a gente possa discutir isso, a fim de aplicar um modelo de uso em nossas unidades”

Fábio Carvalho, Reserva Extrativista Renascer



“Ao longo da minha história nesses 10 anos de ICMBio eu trabalhei essencialmente com populações tradicionais. Na sede, acho que conseguimos uma organização muito boa na estrutura, nos serviços prestados, nos contratos. Com relação às populações tradicionais, a agenda vem perdendo força politicamente, mas dentro do ICMBio nós temos conseguido bons parceiros e melhor entendimento por parte das outras coordenações, o que fortalece a nossa agenda. Eu acredito que esses 10 anos foram de ganhos para as populações tradicionais e de consolidação, sobretudo, das reservas extrativistas, categoria de unidade de conservação que durante muito tempo foi relegada e agora a gente tem crescido e conseguido organizar a gestão dessas reservas”

Gilceli Menezes, Coordenação Geral de Populações Tradicionais (CGPT/Disat)



“Nesses 10 anos de ICMBio tivemos avanços importantes, a exemplo da criação de unidades e da autonomia na gestão. As equipes das UCs conseguiram focar prioritariamente os esforços na conservação e nas melhorias estruturais. Apesar das muitas deficiências que ainda existem, somos uma instituição em crescimento e amadurecimento. Com certeza futuramente nós alcançaremos a gestão plena de todas as nossas unidades”

Cristiano Andrei, Reserva Extrativista Lago do Cuniã



“Nesses 10 anos de ICMBio, o que eu sinto como analista ambiental de unidade de conservação é que nós conseguimos avançar muito em gestão, em capacitação. Acredito que, mesmo havendo um caminho ainda muito longo a seguir para implementar as nossas unidades mais precárias, a gente vem dando grandes saltos, unindo nossa categoria, discutindo alguns assuntos que eram tabus. Acho que esses 10 anos foram muito positivos para a gestão das unidades de conservação federais”

Marcel Régis, Floresta Nacional de Carajás



“A conservação da biodiversidade é um dos legados mais importantes que podemos deixar para as futuras gerações. As sociedades humanas dependem cada vez mais dos serviços ambientais da natureza e dos benefícios resultantes da manutenção de ecossistemas, biomas e das espécies que os constituem. A criação do ICMBio refletiu a importância global dos valores da biodiversidade e o protagonismo do Brasil e dos órgãos do MMA nesta agenda. Representou também o reconhecimento de que ocorreu uma mudança de paradigma quanto aos métodos e objetivos da conservação biológica, e deu a oportunidade para agregar novos participantes e construir novos arranjos institucionais adequados ao século 21. Parabéns aos servidores, parceiros e dirigentes do ICMBio pelas conquistas alcançadas nestes 10 anos, e sucesso nas próximas etapas de sua trajetória!”



Roberto Cavalcanti, professor e pesquisador do departamento de Zoologia da UnB

“O ICMBio há 10 anos vem trabalhando com a gente. Depois da formação dos analistas ambientais, nós estabelecemos uma parceria com o ICMBio para trabalhar junto com as comunidades tradicionais, principalmente as associações e cooperativas. Hoje, quando temos dúvidas, formamos uma assembléia e chamamos o Instituto Chico Mendes e o Governo do Estado para discutir nossos problemas. Antigamente, a gente não era ouvido pela sociedade, mas agora, através do ICMBio, somos apresentados à sociedade”



João Evangelista, comunitário do Rio Unini

“Esse ano o ICMBio completa 10 anos de vida, está deixando de ser uma criança e entrando na adolescência. Olhando para trás, eu acho que a gente avançou muito. Falando da área de visitação, nós temos hoje uma mentalidade de trazer mais gente para dentro das nossas unidades, não só para tomar um banho de cachoeira, pedalar, fazer trilha, mas também para participar desse trabalho que é de todos os cidadãos brasileiros, que é o de ajudar na conservação da natureza. O principal feito do ICMBio nos próximos 10 anos vai ser implementar a máxima ‘conhecer para conservar’, ou seja, quanto mais conseguirmos trazer para dentro das unidades brasileiras que sairão delas felizes e contentes, mais gente nós teremos nesse esforço, que é um esforço fundamental para o país”



Pedro Menezes, coordenador geral de Uso Público e Negócios

“Nós, da cooperação Brasil-Alemanha para o Desenvolvimento Sustentável sentimos um imenso orgulho de fazer parte da trajetória do ICMBio desde a sua fundação. Foi uma década onde vimos o Instituto crescer, se afirmando como referência socioambiental nacional e como instituição altamente atrativa para os melhores profissionais da área. A grande motivação e o engajamento dos seus colaboradores são a nossa energia para o dia-a-dia do trabalho e o profundo compromisso com a conservação da biodiversidade nos dá a certeza de seguir trabalhando em conjunto. Há muito o que festejar. Parabéns!”



Anselm Duchrow, diretor do Programa Proteção e Gestão Sustentável das Florestas Tropicais (GIZ)





ICMBio em Foco Especial

Revista eletrônica

Edição

Nana Brasil

Projeto Gráfico

Bruno Bimbato

Narayananne Miranda

Diagramação

Celise Duarte

Entrevista com Ricardo Soavinski

Carla Viviane

Supervisora da DCOM

Márcia Muchagata

Divisão de Comunicação - DCOM

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Complexo Administrativo Sudoeste - EQSW 103/104 - Bloco B - Térreo - CEP: 70670-350 - Brasília/DF

Fone +55 (61) 2028-9280 ascomchicomendes@icmbio.gov.br - www.icmbio.gov.br



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

